

# Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas

Leilah Landim<sup>1</sup>

---

## I. Debates

### O termo terceiro setor.

Terceiro setor - assim como aconteceu com o já consagrado "ONG" - é mais um termo importado que recentemente começa a ser utilizado no Brasil para designar fenômenos e questões referidas a um universo de organizações da sociedade civil.

A analogia acima procede: a categoria ONG construiu-se socialmente e se disseminou, antes de mais nada, em função de lógicas próprias ao campo de relações internacionalizadas em que se inseria um conjunto de organizações de características particulares.<sup>2</sup> No entanto, é expressão importada que se atualizou e retraduziu em função de relações e dinâmicas próprias ao contexto brasileiro, onde veio a ganhar conotações específicas, indicando fenômenos identificáveis nessa sociedade. Como tem sido observado, o reconhecimento e a visibilidade social desse nome "ONG" não se deu da noite para o dia, mas se produziu no decorrer da década de 80 a partir de todo um investimento na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade por parte de um conjunto de agentes e organizações preexistentes, nascidas no pós-64 e voltadas para uma atuação politizada,

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ), profa. da Escola de Serviço Social da UFRJ.

<sup>2</sup> As "Organizações Não Governamentais" aparecem nos finais dos anos 40 em documentos das Nações Unidas indicando um universo variado e pouco definido de instituições privadas com as quais esse organismo poderia estabelecer consultas. Apenas a partir dos anos 80 viria a se afirmar o reconhecimento social particular dessa expressão, tal como é hoje utilizada.

nas bases da sociedade. Sendo expressão polissêmica, sujeita a várias apropriações ideológicas ou discursivas - e, portanto, podendo-se constituir em objeto de polêmica em torno desses usos - suas definições sociais são passíveis de mudar com o tempo. (Landim, 1998-a).

Pode-se pensar que o reconhecimento social da (controversa) expressão "terceiro setor" esteja passando por um processo análogo. Tem trânsito em meios relativamente restritos e seu futuro ainda parece incerto. Um estudo das condições sociais e institucionais da produção dessa categoria certamente teria que reservar um lugar de peso para agentes ligados ao campo das fundações, da filantropia empresarial, de organizações não governamentais ou organismos multilaterais de desenvolvimento, de centros universitários de fronteiras com o campo da ação política e social.

Mas novos termos têm a ver com transformações tanto da realidade, quanto de concepções sobre ela. Não há de ser sem pressupostos e consequências a utilização dessa expressão para designar, no final dos anos 90, um determinado universo de organizações e iniciativas na sociedade. Sendo o objeto em questão, como se sabe, organizações privadas que se pretendem sem fins lucrativos e com finalidade pública, o deslocamento, no Brasil, do já famoso "Organizações Não Governamentais" para algo que evoca "setor", um "terceiro setor", merece atenção.

Observe-se que não está em jogo, aqui, qualquer discussão sobre o possível estatuto teórico da expressão terceiro setor. Esse é termo descritivo, sem densidade conceitual. Importa considerar os sentidos de sua criação e utilização em um campo de ações e debates políticos e sociais, em um dado momento. Digamos que o termo tem uma determinada função dentro de uma discussão que se vem desenvolvendo sobre essas chamadas organizações privadas sem fins lucrativos, apontando para fenômenos, práticas e concepções que tendem a ganhar relevância nesse final de século.<sup>3</sup>

Em terrenos brasileiros (e certamente não só), impressionam tanto a rapidez com que a categoria terceiro setor vem ganhando visibilidade,

---

<sup>3</sup> Sergio Costa faz um interessante estudo em direção análoga, tomando por objeto a expressão sociedade civil. "Categoria analítica ou *passe-partout* político": sob

quanto as controvérsias emocionadas que sua utilização suscita - sobretudo, nos próprios meios relacionados a organizações de ação político-social.

Terceiro setor não é termo neutro. Em primeiro lugar - mais do que o transnacional ONG, por exemplo - tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o da precedência da sociedade com relação ao Estado. Certamente, portanto, é expressão que aqui chega carregada de pressupostos e conotações que complicam sua operação, sem mediações, no contexto da sociedade brasileira.<sup>4</sup> E se analisarmos os canais através dos quais a expressão vem sendo mais disseminada, acredito que chegaremos ao terreno do mercado: é usada amplamente e de forma naturalizada sobretudo por empresas, fundações e organizações dedicadas à chamada filantropia empresarial, ou investimento social, campo que se desenvolve recentemente enquanto nova forma de atuação do empresariado, através do repasse de recursos a projetos de ação social, ou cultural.<sup>5</sup>

---

esse título o autor discute, por um lado, o conceito clássico em suas interpretações teóricas. Por outro e em outro plano, analisa a "*função mais propriamente político-estratégica que analítico-teórica*" de seu uso no contexto brasileiro, disseminado a partir da resistência ao regime militar, quando a prática política relegava a segundo plano "*a discussão sobre a plausibilidade empírico-analítica da categoria*" e quando se buscava um "*marco conceitual capaz de dar suporte à organização da resistência contra os militares*". Mudada a conjuntura, acentuando-se e tornando-se visível a diversificação e as clivagens dentro dessa "sociedade civil", a sua redefinição vai então no sentido de uma delimitação de fronteiras com o (desabonado) Estado e a sociedade política, assim como em relação aos princípios de mercado que parecem invadir todas as esferas sociais (Costa, 1997).

<sup>4</sup> Podemos pensar se esses obstáculos se dão não só pelos questionamentos às ideologias liberais dominantes nesse final de século com suas consequências negativas, mas também, em outro plano, em função de uma cultura estatizante que perpassa diferentes correntes do espectro político no contexto brasileiro - sociedade, como se sabe, de Estado centralizador e autoritário e de débil e tardia constituição de sociedade civil.

<sup>5</sup> Uma das poucas e primeiras publicações brasileiras dedicadas ao "terceiro setor" é originada exatamente de um congresso (III Encontro Ibero-Americano de Terceiro Setor) promovido pelo GIFE - Grupo de Institutos, Empresas, Fundações e Empresas: *3o Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. (Ioschpe, 1997). A respeito da filantropia empresarial veja-se também Rico, 1998 e Goes e Rohden, 1998.

Terceiro setor evoca colaboração e positividade de interação, diluindo a idéia de conflito ou contradição e tendendo a esvaziar as dinâmicas politizadas que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas (e talvez da história) do Brasil. Ao contrário, por exemplo, de ONG, que distingue e diferencia sub-conjuntos de organizações a partir de seus ideários, papéis, alianças na sociedade, a idéia de "setor" é abrangente, tendendo à homogeneização ou minimização de diferenças que podem ser social e politicamente significativas, segundo os contextos e critérios de análise.

Acrescente-se o fato de que o cenário atual no qual a idéia se afirma é propício a interpelações quanto à sua funcionalidade, quando está em jogo o desmonte dos direitos e a diminuição da responsabilidade do Estado com relação às políticas sociais. De fato, frequentemente terceiro setor é utilizado, implícita ou explicitamente, para produzir a idéia de que o universo das organizações sem fins lucrativos é espécie de panacéia que substitui o Estado no enfrentamento de questões sociais - como na resolução do problema do emprego, por exemplo.

Se é verdade que o termo assume essas conotações, por outro lado a rapidez e facilidade com que se tem disseminado leva a crer que está referido de alguma forma a um correlato empírico, sendo operacional para indicar fenômenos concretos e identificáveis no Brasil contemporâneo. Exatamente por algumas dessas características apontadas acima, terceiro setor parece ser termo expressivo quando estão em jogo dinâmicas, movimentos ou espaços sociais que se vêm criando recentemente, envolvendo de forma inédita a presença de diversos atores em relação em uma esfera pública ampliada, no Brasil. Um caso paradigmático é o da campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida que pode ser lida, em seus momentos de maior intensidade, como uma manifestação *ad hoc* de um terceiro setor, criando-se em algum ponto e em função de objetivos determinados um consenso entre organizações, valores, formas de ação social as mais variadas, em interações inéditas e inusitadas (as "parcerias") e através de organizações informais e também *ad hoc*, os comitês. A Campanha teve como condição de existência a valorização não do conflito, mas da positividade de interações (como dizia Betinho, "*nesse momento, falo com Deus e*

com o diabo") (Landim, 1998-b; Soares, 1998). Outro exemplo são os conselhos de co-gestão espalhados pelo país, ou as experiências de orçamento participativo, onde se colocam em comunicação, no espaço público, não os iguais, em termos de ideários e formas de atividade, mas uma ampla diversidade de organizações da sociedade. Nesse sentido, terceiro setor ganha força e plausibilidade enquanto termo descritivo para indicar um campo plural de associações e interações presentes em processos sociais que se desenvolvem recentemente.

As observações acima vão como sugestões, ou hipóteses que merecem aprofundamento. Analogamente a ONG, terceiro setor está também sujeito a um uso polissêmico. A análise de textos e a observação do campo de ações políticas e sociais nos levará a diversas imagens, percepções ou questões associadas ao termo terceiro setor, expressão inclusive frequentemente utilizada de forma "neutra" para aludir ao amplo universo de organizações da sociedade civil, no Brasil. São imagens que se acrescentam às colocadas acima, ou que com elas se cruzam.

Mas a criação e visibilidade desse e de outros termos novos, como ONG, certamente é paralela ao crescimento de um terreno de iniciativas, organizações, mobilizações sociais que - em função de sua natureza particular, ou de mudanças nas posições que vêm assumindo na sociedade - parecem estar demandando novas, ou renovadas, elaborações conceituais para serem compreendidas. Não é à toa que, no terreno dos debates teórico-analíticos e como se sabe, a revisita e revisão do conceito de sociedade civil está na ordem do dia. Esses debates sobre a sociedade civil informam (mesmo que, frequentemente, de modo impensado) os discursos sobre o terceiro setor; ao mesmo tempo, esses debates sobre a sociedade civil são informados por pesquisas empíricas recentes onde se produzem dados sobre um universo crescente e recente de associações civis cujos perfis fogem frequentemente de padrões tradicionais de associativismo.

Passo a seguir a esquematizar alguns temas e questões levantados pelas discussões contemporâneas tendo como referência essa idéia de terceiro setor, ou as organizações da sociedade civil - ou que nomes venham a ter - no plano internacional e no contexto brasileiro.

### Notas descritivas de um debate

É fácil observar, em tempos recentes – sobretudo a partir dos anos 80 – o crescimento de debates que têm por referência empírica um vasto e diferenciado universo de organizações privadas, de caráter associativo e voluntário e que, não se constituindo formal e idealmente com finalidade lucrativa, pretendem atuar em benefício público.

Indaga-se sobre as características particulares e os papéis representados nas sociedades contemporâneas por organizações e mobilizações sociais de ideários variados, tanto antigas como, sobretudo, novas, de graus diversos de formalização e cujo crescimento acelerado em diferentes contextos nacionais vem sendo indicado por pesquisas comparativas recentes<sup>6</sup>. As discussões – controversas, de referenciais teóricos e ideológicos heterogêneos e que talvez estejam caminhando no sentido de compor um debate mais estruturado – fazem-se, portanto, em âmbito internacional. Conforme se mencionou, uma análise das condições institucionais de produção desses debates - sobretudo quanto ao que interessa aqui - certamente teria que considerar interseções e fronteiras entre o campo acadêmico, o político e, particularmente, o formado por essas próprias organizações, nas quais também se produzem pesquisas, conceitos, discursos.

*Nonprofit sector, third sector, independent sector, voluntary organizations, charities, économie sociale, associations humanitaires...* São várias as expressões empregadas para designar essas organizações - correlatas à sua diversidade, ou a diferentes visões sobre elas em contextos nacionais também distintos - cuja tradução para o português nem sempre faz sentido, ou o mesmo sentido que têm nos contextos de origem (como é o caso, por exemplo, de *philanthropy* - "filantropia" - nos Estados Unidos). Muitos desses termos são novos,

---

<sup>6</sup>Um dos esforços mais ambiciosos nesse sentido é o Projeto Comparativo sobre o Setor Sem Fins Lucrativos, que estuda o "setor" em 21 países - história, definições, marco legal, políticas públicas, emprego, despesas e estrutura de financiamento - levado a cabo pela Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos e coordenado por Lester Salamon e Helmut Anheier e cujos resultados vêm sendo divulgados em publicações diversas.

ganhando visibilidade e se construindo socialmente (o que não significa, vale repetir, que tenham densidade conceitual) para designar fenômenos e questões relacionadas ao universo dessas também chamadas organizações da sociedade civil, indicando, como foi dito, transformações atuais tanto no plano de concepções, quanto no de fenômenos sociais.

O pano de fundo dessa “descoberta” é global e mais do que conhecido, compreendendo fenômenos também diversificados como a redefinição do papel do Estado e a predominância da lógica de mercado com suas consequências sociais desastrosas, no quadro do neoliberalismo; o fim do socialismo real e a reorganização das sociedades do Leste Europeu; a diminuição de prestígio e a desconfiança com relação às instituições político-representativas tradicionais, como partidos e sindicatos; a intensificação de afirmações - e discriminações e conflitos - étnicas e religiosas; as transformações no mundo do trabalho e o recrudescimento da chamada exclusão social, configurando-se o que, para alguns, é uma nova questão social; a retomada e revisão da questão da democracia e da cidadania, entre outras.

Nesse contexto, retomam-se igualmente “velhos” conceitos ou categorias – como solidariedade, assistência, caridade, reciprocidade, filantropia, etc. – discutindo-se o possível reposicionamento de práticas e valores a eles associados, na cena contemporânea. Como foi sugerido, conceitos clássicos como o de sociedade civil ou esfera pública são revisitados e figuram como referencial - se não explícito, mas sob forma prática ou implícita - no horizonte dos debates.

Sobretudo e grosso modo, ressalta-se nesses debates referenciados ao “setor sem fins lucrativos”, ou ao “terceiro setor”, a idéia de uma esfera que, diferenciada da economia e do Estado, teria papéis de peso a representar nos rumos e configurações assumidas tanto por esse último, quanto pelo mercado, nas sociedades contemporâneas.

Esses estudos vêm chamando a atenção, portanto, para a necessidade de um redirecionamento do foco próprio a concepções clássicas do campo do pensamento sociológico ou da economia política, onde o privilegiamento do Estado e do mercado teria minimizado a consideração do lugar e do protagonismo histórico daquelas organizações - pri-

vadas, porém não voltadas para o lucro - na conformação das sociedades modernas.

Esse terceiro setor seria lugar não apenas da autonomia organizativa, mas também da atualização de valores e práticas sociais incapazes de se realizarem no terreno do mercado, como altruísmo, relações de confiança, compromisso social, laços comunitários, militância, solidariedade, ambientalismo, etc. Seria espaço de virtual manifestação de pluralismo, ou da possibilidade de realização da lógica moral e de laços não instrumentais, representando um papel peculiar diante dos problemas e insatisfações criados tanto com a expansão do mercado no Ocidente, quanto com a do Estado no Leste (Wolfe, 1992). Terceiro setor evocaria então não apenas, empiricamente, um conjunto diferenciado de organizações, como também, metaforicamente, um espaço de afirmação de valores. Ou seja, por um lado, a expressão é carregada de eficácia simbólica, encarnando idéias e ideais de diversas fontes de inspiração, como religiosas, espirituais, morais ou políticas. Por outro, indica um amplo e variado universo de organizações e iniciativas existentes nas mais diferentes sociedades, onde esses valores se veriam concretizados (cf. Fernandes, 1994; Salamon, 1997).

No debate internacionalizado onde esse objeto é construído discute-se então, comparativamente, os papéis de um vasto e diversificado universo de organizações tanto na evolução histórica das sociedades modernas, quanto na cena contemporânea. Uma idéia generalizada é a de que não só vêm-se multiplicando - há quem fale, mesmo, numa "revolução associativista" - como existem há décadas, ou mesmo há séculos, em diferentes contextos, representando papéis de peso na conformação de diferentes sociedades. Apenas, teriam recebido pouca atenção em pesquisas acadêmicas ou debates públicos (Gidron, Kramer e Salamon, 1991). Estudos vêm procurando mostrar como, atuando em áreas variadas como a da arte e cultura, educação, saúde, assistência social, lazer, ambientalismo, defesa de direitos específicos e difusos etc., as organizações da sociedade civil são mercado de trabalho e também terreno de ação voluntária. Acionam agentes de gerações, trajetórias e valores os mais diversificados. Mobilizam grande quantidade de recursos materiais, de origens tão diversas quanto governos, indivíduos, igre-



jas, fundações, empresas. Na grande maioria, são pequenas, embora seu âmbito de atuação possa ultrapassar fronteiras nacionais.

Percorrendo a literatura internacional recente sobre o assunto, vão-se encontrar exemplos de temários de ênfase variada, em diferentes contextos nacionais. Tomando-se alguns poucos exemplos ilustrativos, as organizações privadas sem fins lucrativos de sentido público seriam promotoras de uma sociedade civil na ex-União Soviética e Europa do Leste (Wunker; 1991; Anheier e Priller, 1991; Kutj, 1992); colaboradores ou substitutos governamentais na prestação de serviços sociais nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (Taylor, 1992; Salamon, 1994); protagonistas no combate à exclusão dos pobres e imigrantes na França (Kouchner, 1990); promotoras de pluralismo associativo em sociedades escandinavas (Lundström e Wijkstrom, 1995); etc. A literatura internacional enfocando o contexto latino-americano geralmente enfatizou, sobretudo nos anos 70-80, seu papel na organização autônoma de grupos populares, na construção da sociedade civil, da cidadania, da ordem democrática.

Como é de se esperar, esse campo de estudos - e essa idéia de "terceiro setor" - desenvolvem-se de modo mais precoce e consolidado nos Estados Unidos, onde a execução de políticas públicas em colaboração com as organizações da sociedade civil, o associativismo, a doação privada de tempo e dinheiro para causas sociais fazem parte do ideário e das práticas do individualismo liberal, constituindo-se em cultura política fundante daquela sociedade. Consta que coube a John D. Rockefeller 3<sup>rd</sup>. cunhar o termo "terceiro setor", em um texto de 1978 (cf. Darcy de Oliveira, 1997). Vale a pena, para o que interessa aqui, a longa transcrição:

*"Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, frequentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões da nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores (three sector system). Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o mercado e o governo. Mas o terceiro é tão negligenciado e tão pouco compreendido, que fico tentado a chamá-lo de 'setor invisível'. O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade, através da nação - igrejas, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas, e organi-*

*zações de assistência social de vários tipos. Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos. O terceiro setor é também o terreno para esforços organizados lidarem com problemas sociais. Todos os 'movimentos' contemporâneos mais importantes cresceram nele: direitos civis, defesa de consumidores, direitos da mulheres, ambientalismo e muito outros" (Rockefeller, J. D., 1993,*

apud Darcy de Oliveira, op. cit.). Observe-se que alguns estudos recentes, nos Estados Unidos, sobre o terceiro setor, vêm apontando para o fato de que essa idéia da doação e voluntariado individual como sustentação do "setor" é um mito, já que grande parte dos seus recursos viriam de fontes governamentais. Pesquisas da Universidade de John Hopkins mostram que 30.5% dos recursos do terceiro setor norte-americano provêm de fontes governamentais, enquanto que apenas 12,9% viriam de doações privadas. Esses resultados de pesquisa sustentam a argumentação de que o financiamento governamental é condição de garantia da existência e permanência de um "setor" consolidado e efetivo (Salamon, 1995).

Na tradição norte-americana, marca-se de forma especial o caráter "voluntário", enquanto "livre", do setor:

*"O setor voluntário - ou 'terceiro setor' - pode ser definido residualmente como aquelas atividades onde o princípio dominante não é nem a coerção formal, nem a troca de bens e serviços orientados pelo lucro. (...) Consiste em atividades que são voluntárias no sentido duplo de serem livres de coerção e livres dos constrangimentos econômicos de lucratividade, ou distribuição de lucros". (Wuthnow, 1991).*

Se nas pesquisas e concepções desenvolvidas na sociedade norte-americana tende-se a privilegiar o associativismo institucionalizado, em outros contextos, como o latino-americano ou o de alguns países europeus, ressalta-se na "composição" do setor a importância de iniciativas informais, de formas tradicionais de ajuda mútua, ou mesmo de movimentos sociais, como será retomado adiante. Em contextos europeus, ao termo "terceiro setor" frequentemente prefere-se o de "economia

social", "popular", ou "solidária", indicando experiências e processos contemporâneos de recomposição das relações entre o econômico e o social, onde ressaltam dinâmicas participativas localizadas como cooperativas, associações mutualistas etc. e onde a questão democrática é discutida e ressaltada (Laville, 1994; Coraggio, 1994). Tomando-se ainda um exemplo europeu como o da França - caso que, sob alguns pontos de vista, faz mais sentido numa comparação com a sociedade brasileira - surge recentemente uma literatura que ressalta o vigor e as diversas questões colocadas para a cena contemporânea com a retomada do associativismo, ou de tradições associativistas esquecidas na história do país, contexto caracterizado historicamente pela *"suspeita, controle estatal ou repressão sistemática de práticas associativas"* (Chanial, 1998; vejam-se também os demais artigos em *Revue du MAUSS*, 1998). No mesmo sentido vai o trabalho recente de Serge Paugam, que retoma Tocqueville na consideração da sociedade francesa atual. Conforme esse último observava no século passado, *"Em todo canto onde se vê, na França, o governo à frente de um empreendimento novo, e na Inglaterra, um grande senhor, pode-se estar certo que, nos Estados Unidos, vai-se encontrar uma associação"*. Paugam analisa: *"mais de cento e cinquenta anos depois, pode-se perguntar se essa constatação não seria válida para a França"*. O autor aponta para um diversificado campo de organizações que *"dotaram-se, com efeito, de meios de gestão e de comunicação que lhes asseguram, daqui por diante, um lugar privilegiado na organização da solidariedade"* (Paugam, 1995). Apesar de muito diferenciado internamente, Paugam aponta para a conveniência de se procurar *"fatores comuns"* na evolução desse universo associativo no contexto francês e de examinar as suas consequências, em termos da relação Estado/sociedade. Observa, nesse sentido, que o Estado providência não é mais capaz, hoje, de ser o garantidor da solidariedade e o reparador de todas as disfunções sociais. Nos seus termos, a regulação do laço social repousa menos sobre a planificação estatal das ações de solidariedade do que sobre a procura permanente de uma ordem negociada entre muitos parceiros, tanto em escala local, como nacional. (Paugam, 1995). Também o alemão Claus Offe, falando sobre o papel do Estado, do mercado e da *"ação comunitária"* na sociedade contem-

porânea, defende um "triângulo entre as três forças", ressaltando que nos últimos 50 anos "o planeta mudou para melhor por causa dos movimentos pelos direitos civis, o feminismo, a luta pela preservação da natureza" e outros. Propõe um "novo pacto, que ressalve o dever do Estado de dar condições básicas de cidadania, garanta a liberdade do mercado (...) e, para evitar o conflito entre esses dois interesses, permita a influência de entidades comunitárias". (Offe, 1998). Também Anthony Giddens, em sua proposta de terceira via para a social democracia, embora não desenvolva formulações sobre um "terceiro espaço" entre mercado e Estado, chega a mencionar a expressão terceiro setor enquanto área de trabalho voluntário. Nas formulações sobre a importância de "uma sociedade civil ativa" em parceria com governo no projeto que propõe, resalta também o peso das organizações comunitárias e associativas locais, dos pequenos grupos de auto-ajuda e apoio mútuo e da atividade social empresarial. (Giddens, 1999).

Como pode-se perceber por esse rápido vôo descritivo, uma visão positiva das organizações sem fins lucrativos é certamente predominante nesse contexto, onde se cruzam de modo peculiar a academia e agentes desse próprio campo organizativo. A julgar por um dos participantes e analistas do debate internacional, essa sociologia seria predominantemente de inspiração liberal - e o "setor sem fins lucrativos" é geralmente visto como locus de valores caros aos liberais, como altruísmo, voluntariado, participação, pluralismo (DiMaggio e Anheier, 1990). (Como se sabe, a essa visão contrapõem-se as conhecidas concepções críticas, também generalizadas, que vêem nessa "descoberta" das organizações da sociedade civil uma estratégia deliberada dos interesses ligados ao desmonte do Estado e das políticas sociais, como será retomado adiante).

Vale a pena ainda lembrar, no entanto, voltando à expressão terceiro setor que iniciou esse trabalho, que essa é de definição suficientemente vaga para poder ser apropriada por diferentes autores e agentes, na identificação de fenômenos sociais diversos. Entre os próprios estudiosos que reconhecem o termo e contribuem para sua consagração há quem diga, como Robert Wuthnow aqui citado, que embora a idéia de "todo indiferenciado" tenha operacionalidade para efeito de determi-

nadas questões, "o setor voluntário é meramente uma agregação estatística e conceitual" de centenas de organizações as mais diversificadas. (Wuthnow, op. cit.).

Essas questões são apenas uma amostra dos variados debates onde vêm ganhando peso e visibilidade organizações e iniciativas sem fins lucrativos, voluntárias, associativas. Essas têm sido evocadas como elementos significativos em contextos e temáticas diversas, compondo-se não um, mas vários debates em que elas são referência, certamente numa homologia com a própria configuração diversificada desse universo de organizações. Ou seja, controvérsias e questões refletem não apenas diferentes posições num debate, mas freqüentemente estão referidas a subconjuntos variados de organizações em suas diversas características, interesses, papéis - no caso, tomando-se a parte pelo todo.

### Notas sobre o debate, também no Brasil.

Em meios acadêmicos e políticos brasileiros, as discussões envolvendo as organizações privadas sem fins lucrativos apenas há poucos anos começam a se construir. Dadas as características desse contexto nacional, esse campo de questões nunca foi alvo de maiores discussões na sociedade nem, conseqüentemente, de atenção mais sistemática por parte da historiografia ou do pensamento sociológico. Conforme se sabe, o Brasil tem sido visto e estudado como uma sociedade onde, historicamente, foi forte a presença de um Estado centralizador e patrimonialista que, através de esquemas corporativistas, sempre tentou controlar e cooptar grupos de interesse e instituições, fazendo passar as disputas na sociedade pelo crivo do poder público. Como se diz, criou-se desde as origens coloniais uma sociedade "a partir" do Estado. Em termos históricos, portanto, além da conformação de um Estado privatizado, assistiu-se a uma tardia constituição do mercado e uma debilidade endêmica da sociedade civil.

No entanto, por um lado - e como vem apontando literatura recente - deram-se nas três ou quatro ultimas décadas, no Brasil, condições para um acelerado desenvolvimento de organizações do tipo associativo, tais como a modernização e urbanização aceleradas, a diversificação

social, o desenvolvimento dos meios de comunicação.<sup>7</sup> Além disso, claro, as transformações econômicas, sociais e políticas dos últimos anos, generalizadas internacionalmente, como as mencionadas acima, também se fazem presentes na cena brasileira - às quais se acrescentam as especificidades dadas pelo processo concomitante de democratização institucional. Esses fatores têm colocado, cada vez mais, a questão do papel das entidades privadas dedicadas à ação no espaço público na ordem do dia.

Quanto ao que nos interessa, cabem aqui duas observações. Em primeiro lugar se, pelos motivos acima, a história das organizações privadas sem fins de lucro não tem a mesma visibilidade que em outros contextos nacionais, isso não significa que essas organizações estejam ausentes da sociedade brasileira, nas mais diversas conjunturas e representando papéis variados. Antes que uma história inexistente, essa é uma história mal contada. Surpreende, por exemplo, saber que há cerca de 220.000 entidades registradas como "sem fins lucrativos" na Secretaria da Receita Federal (dados de 1991), compondo um universo diversificado que compreende desde associações de defesa de interesses específicos, até entidades de cultura, educação, assistência social ou de defesa de direitos civis. Esse universo, claro, não surgiu de ontem para hoje. Grande parte dele é antigo e certamente faz parte estrutural de estratégias de sobrevivência de grande parte da população, bem como da produção de seu lazer, esporte ou cultura.<sup>8</sup>

As questões em discussão, quanto à sociedade brasileira, também têm sido variadas e refletem não apenas diferentes alinhamentos em debates políticos e sociológicos sobre os rumos recentes dessa socie-

---

<sup>7</sup> Com relação a dados sobre esse processo de multiplicação de organizações civis do tipo associativo a partir dos anos 70-80, veja-se Santos, 1993.

<sup>8</sup> Segundo classificação da própria Receita Federal na época, as entidades "benéficas e assistenciais" vêm em primeiro lugar em número: compõem 29% do conjunto. Em segundo lugar, vêm as "esportivas e recreativas": 23,3%. Finalmente, as classificadas como "culturais, científicas e educacionais" somam 18,6% do conjunto das sem fins lucrativos (Landim, 1993). Claro, esse universo compreende muitas organizações que, sem fins lucrativos do ponto de vista legal, comportam-se como qualquer empresa voltada para o mercado, questão que apenas esse tipo de dado não permite analisar.

dade, mas sobretudo a própria diversidade interna do universo das chamadas organizações não governamentais sem fins lucrativos, ou organizações da sociedade civil. Ou seja, as questões diferem, também, porque estão se referindo a diferentes objetos, a subconjuntos variados de organizações com objetivos, ideários e valores diversificados. A referência ao debate internacional é, como se disse, mais do que nunca inevitável em um campo particularmente permeado por instituições e agentes transnacionais (como o são as ONGs, Fundações, Agências Internacionais de Cooperação, etc.). A sua retradução para o contexto brasileiro dá-se através de ênfases temáticas específicas, passando naturalmente pelas mediações dadas pela história e conformação dessa sociedade.

A seguir, pretendo apenas elencar as principais questões e temáticas onde são ressaltados os papéis das organizações sem fins lucrativos no país - com necessário correlato no campo internacional. Ou seja, trata-se de procurar e percorrer os debates onde esse universo empírico de organizações, seus papéis, seu peso social ou político são evocados como fator significativo.

a) Como foi sugerido, há um lugar para pensá-las no quadro das discussões sobre as formas diversas de sociabilidade presentes nas sociedades urbanas contemporâneas, ou no estabelecimento de vínculos e dinâmicas sociais integradoras a partir de lugares que não o Estado. As organizações voluntárias sem fins lucrativos, ou "comunitárias", têm sido destacadas como lugares privilegiados nos debates sobre o resgate de vínculos, valores ou modos de sociação positivos, numa contra-corrente da chamada exclusão social - pensada, para usar literatura recente, em termos de exclusão dos direitos da cidadania, ou de desafiliação social, ou de individualismo negativo (conforme os termos de Castel, 1995). Nesse caso, tem sido suscitada a revisita aos clássicos, como Durkheim, Weber, Simmel, Tocqueville. É contexto onde ressaltam as iniciativas relacionadas ao voluntariado, ou ao associativismo comunitário e de vizinhança, variadas formas associativas locais como grupos de jovens, clubes de mães, organizações de cultura, recreação ou esporte (onde a tensão entre benefício mútuo e sentido público está particu-

larmente presente). Essas práticas - de fato, bem antigas - vêm sendo repensadas também dentro do enfoque da construção e dos papéis desse terceiro setor, ou sob o recorte das redefinições de fronteiras entre o público e o privado. Por um lado, esse campo permeia-se de redes religiosas e também é marcado pelas relações pessoalizadas e de reciprocidade tão presentes no universo cultural brasileiro (questão também contemplada por literatura recente internacional mencionada acima - veja-se Chaniel, op. cit; Godbout, 1998; Caillé, 1998). Por outro, esse associativismo recente remete ao debate - que vem tomando corpo, a partir de pesquisas recentes também no Brasil - onde se liga a existência de uma densidade associativa à idéia de organização da sociedade civil, de "comunidade cívica", de alinhamento de forças no espaço público e de construção da institucionalidade política democrática. Nesse último caso, referências no campo têm sido trabalhos da ciência política norte-americana recente como o de Putnam (1992), onde conceito como o de "capital social" expressa normas e redes presentes em um conjunto diversificado de organizações, indicando graus de vida associativa que teriam como consequência o maior ou menor fortalecimento das instituições políticas e da economia.

b) As organizações privadas sem fins lucrativos aparecem também associadas à problemática da construção dos movimentos sociais contemporâneos. Nesse caso, estão em jogo sobretudo as chamadas ONGs - um dos subconjuntos dentro do vasto universo de organizações voluntárias - que aparecem na literatura sociológica e no debate público dos anos 70-80, no Brasil, como atores ligados aos movimentos sociais que germinam ainda dentro do regime autoritário, como o novo sindicalismo, os movimentos de bairro, as lutas pela terra etc. É o tempo da idéia do "popular", que mais tarde viria a se transformar na de "sociedade civil". Já nos anos 80-90 essas organizações ganham relevância pelo seu papel nos movimentos sociais "fragmentados", que implicam na criação de identidades e sujeitos coletivos. Ainda aqui, as chamadas ONGs - entidades de tipo não representativo, formadas por agentes profissionalizados, mantendo canais de financiamento e relações com atores internacionais - vêm aparecendo como elementos



constitutivos na criação de identidades e grupos de interesse diversificados, como mulheres, negros, crianças e adolescentes, índios, portadores do HIV ou de deficiências, etc. Nesse contexto, as organizações sem fins lucrativos aparecem, portanto, no bojo das discussões sobre a redefinição do conceito de cidadania diante das diferenciadas identidades, valores, interesses que surgem na cena pública, nas sociedades contemporâneas. Enquanto tal, e por sua vocação internacional, são mencionadas como agências globalizadoras de políticas de identidade que emergiram desde os anos 60 nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Por fim, ainda dentro das temáticas dos movimentos sociais e da cidadania, começam a surgir trabalhos sobre transformações tanto nas características desses movimentos, como no campo das ONGs do final da década de 90, contexto em que o termo terceiro setor vem sendo empregado como designação expressiva dessas transformações (cf. Gohn, 1998).

c) Essa temática leva a uma questão que no Brasil vem adquirindo recentemente visibilidade particular, certamente pela centralidade que ocupam nessa sociedade as questões da construção da institucionalidade democrática: o problema das formas de criação de legitimidade e representação que escapam à lógica da delegação. A representatividade e a capacidade de convocação construídas de fato por organizações não governamentais tem sido questão de debate, sobretudo no campo da política onde as ONGs estão presentes. Essa posição e essa legitimidade têm sido questionadas, em termos de que desvirtuam, ou ameaçam, a construção da institucionalidade democrática, dos movimentos sociais, das associações representativas tradicionais. A presença das ONGs no cenário internacional em espaços definidores de políticas - onde ressaltam as últimas Conferências das Nações Unidas - tem sido particularmente marcante no sentido de trazer à tona essa questão da representatividade, colocando também novas questões para o campo das relações internacionais (veja-se Mello, 1997).

d) Deixando para o final uma questão de particular peso e interesse, as organizações sem fins lucrativos e não governamentais aparecem

como um dos atores no debate e nas práticas tidas como definidoras de novas relações entre a sociedade e o Estado.

No Brasil vem-se desenvolvendo rapidamente o debate sobre o papel a ser representado pelas organizações sem fins lucrativos diante das políticas públicas e das transformações do Estado na cena brasileira contemporânea. Será esse papel o de complementar, substituir, propor, co-gestionar ou controlar a execução de políticas públicas? Em que medida esses processos vêm ocorrendo? Em que medida a idéia e as práticas de um "fortalecimento da sociedade civil", ou de um "terceiro setor", correspondem a estratégias de redefinição do papel do Estado em termos neoliberais? Em que medida significam o fortalecimento de contra-poderes, de movimentos sociais, de interpelações às políticas públicas excludentes e recessivas? E qual o impacto de um denso universo de organizações da sociedade civil sobre a institucionalidade política e seu funcionamento? Etc.

Nesse campo, é inevitável passar pela interpelação acima quanto à possível funcionalidade das organizações sem fins lucrativos enquanto substitutas de um Estado que se demite de seus papéis sociais e delega à sociedade sua execução. Nesse caso e para os que privilegiam essa leitura dos acontecimentos, estaria particularmente em foco o vasto e às vezes bem antigo universo das entidades de assistência, as especialistas em prestações de serviços diretos à pobreza, mais próximas do campo das religiões - e é contexto em que muitas vezes se reforçam imagens do senso comum onde elas são percebidas criticamente como mero paliativo, promotoras de códigos de ação social avessos aos dos diretos, ou como instrumentos no reavivamento de ideários liberais meritocráticos. Como se discute - e particularmente no campo da assistência social, onde está mais em jogo a prestação de serviços do que o possível papel dessas organizações no campo da política e dos movimentos sociais -, o terceiro setor significaria tão-somente a *"refilantropização da questão social"*, ou a *"remercantilização da questão social"*, a partir de uma *"nova estratégia de legitimação do sistema capitalista"* que, no contexto neoliberal, *"tem como eixo central a passagem das 'lógicas de Estado' para as 'lógicas da sociedade civil' ou, na*

*equalização que faz a corrente liberal, para as lógicas do mercado"* (Montano, 1999).<sup>9</sup>

Essas visões e debates se atualizam - e também se transformam e complexificam bastante - no confronto com as situações de fato colocadas crescentemente na cena pública, de pressupostos e consequências não lineares e até contraditórias, envolvendo diversas formas de colaboração efetivamente concretizadas entre organizações da sociedade civil e o Estado com relação a políticas públicas. Ressaltam aí experiências participativas de cunho local de pressupostos e consequências sociais as mais diversas e onde a análise apenas em termos de "substituição" e "funcionalidade" não dá conta do recado - como pode ser visto através da literatura que se começa a acumular sobre a questão do poder local, de conselhos, de orçamentos participativos.

Creio ser importante considerar que há diversidade de situações quando está em jogo, por um lado, o papel das organizações da sociedade civil na formulação, proposição ou controle de políticas; e, por outro lado, no seu papel enquanto prestadoras de serviços sociais. O debate está na ordem do dia, e corre atrás de acontecimentos ainda pouco avaliados.

Vale lembrar que a legitimidade dessas "parcerias", na sociedade brasileira, enfrenta também os obstáculos dados por conhecidas sombras sobre o "setor", criadas através de uma história particular. Se as organizações privadas sem fins lucrativos, através dos tempos, sempre se fizeram presentes na prestação de determinados serviços públicos,

---

<sup>9</sup> Nesse caso, e a partir de determinadas interpretações da teoria marxista, há a identificação da sociedade civil com o terreno da economia, das relações de propriedade burguesa, da concorrência material, das necessidades individuais. Não faz sentido, nesses termos, a existência ou consideração de um campo de organizações e relações que se situariam, por suas características e posições na sociedade, em um espaço diferenciado do mercado ou do Estado. Já vertentes gramscianas de conceituação da sociedade civil têm sido retomadas, como referencial teórico possível de análise das organizações não governamentais sem fins lucrativos na cena contemporânea (cf. Por exemplo Sarachu, 1999). Situam-se, no entanto, fora da tradição marxista clássica os principais inspiradores do debate aqui descrito - como Habermas e Arato, por exemplo (quanto a referenciais quanto ao debate atual sobre sociedade civil veja-se por exemplo Costa, 1994 e 1997).

em colaboração com o Estado - o qual, inclusive, teve um papel de peso na própria criação e existência desse universo de organizações - por outro lado, essa relação vem impregnada pelos vícios tradicionais do autoritarismo, do clientelismo político e do desvio de fundos públicos para fins privados.

Ainda aqui, é interessante que se retomem algumas observações sobre a diferenciação interna dessas organizações, através de um rápido olhar sobre fatos conhecidos da história do país, tentando focalizar aí as "organizações voluntárias". Retomando a história vemos que, até os finais do século XIX, quase tudo o que havia de consolidado no país em termos de assistência social, saúde e educação, constituía-se em organizações (formalmente sem fins de lucro material, claro) criadas pela Igreja Católica - é bom lembrar, com o mandato do Estado, em uma situação de simbiose entre as duas instituições.

Os anos 1930, como é sabido, inauguram o período da expansão do Estado na prestação direta de serviços em áreas como a educação, cultura e saúde. Se, nas primeiras décadas do século, tinha havido uma proliferação de associações voluntárias e autônomas de tipo mutualista, profissionais e sindicais, a era autoritária pós-30 vai se caracterizar pela dissolução desse campo de organizações e pelo fortalecimento e também atrelamento de sindicatos e organizações previdenciárias ao Estado, dentro do conhecido projeto corporativista. Para o que interessa aqui vale observar que esse processo autoritário e centralizador, caracterizado por políticas de bem-estar fragmentadas e excludentes, não deixou de reservar um lugar para um conjunto de organizações sem fins lucrativos, mesmo que isso não fosse formulado em termos de uma política clara - o que tem sido pouco estudado, a partir do foco privilegiado sobre um Estado onipresente. Não só continuaram a proliferar organizações privadas e sem fins lucrativos na área da saúde, educação, assistência, lazer, como foram correntes as relações de colaboração entre essas organizações e o Estado.

Não é por acaso que data desse período a legislação que regula essas relações, a qual se mantém, no fundamental, intacta até os dias de hoje: as precárias e obsoletas leis que regulam isenções fiscais, certificados de filantropia e de utilidade pública, através dos quais essas

entidades têm acesso a fundos públicos. Ou seja, o projeto centralizador e autoritário dos anos 30-40 reservou um papel para as numerosas entidades sem fins lucrativos, nos campos assinalados acima, as quais foram em grande parte responsáveis pela prestação de serviços a amplas camadas da população que ficavam à margem das políticas sociais corporativas. Isso teve como pressuposto a aliança entre o Estado getulista e a Igreja Católica, favorecendo então o enorme campo de organizações de ação social a ela ligadas (e, secundariamente, também as relacionadas a outras religiões como a espírita e a evangélica).

Em resumo, uma revisão da história do país que procure resgatar a presença de organizações voluntárias pode concluir que, embora nunca tenha havido políticas coerentes e contínuas com relação a elas - embora essa relação não fosse definida como uma agenda e ocupasse sempre uma posição marginal nas preocupações governamentais - essas organizações sempre se fizeram presentes nas práticas das políticas públicas. É impossível analisar determinadas políticas sociais sem chegar às organizações sem fins lucrativos. Principalmente em áreas como a da saúde ou da assistência social onde, se não é possível falar em política, ao menos existe um padrão estabelecido através do tempo. Como se disse, as especificidades dessa colaboração dão-se sobre vícios históricos da relação entre Estado e sociedade, no contexto brasileiro.

Claro, a questão é diversa quanto ao campo das organizações de defesa de direitos, de promoção de cidadania, ou das associações de defesa de determinados grupos de interesse, ou comunitárias. Nesse campo, predominou não a colaboração, mas um padrão de conflito com o Estado. Sucessivos regimes autoritários colocaram no campo "anti-governamental" as mais elementares experiências de associativismo no país - como ocorreu na ditadura entre 37 e 45 e no posterior período de 64 a 85. Foi difícil criar-se um campo propício à permeabilidade e transparência nas relações da sociedade civil organizada com o Estado e as políticas públicas.

Essas heranças e questões se misturam e confrontam hoje em transformações recentes tanto do Estado, como da sociedade (o que se torna particularmente visível em novos espaços públicos como, por exemplo, os dos conselhos), revelando-se a polissemia do campo das "sem

fins lucrativos", onde os discursos e práticas de uma assistência paliativa convivem com os da co-gestão, controle e proposição de políticas frequentemente no interesse de setores populares e excluídos.

## II - Alguns resultados de pesquisas no Brasil

Apresento aqui alguns itens de pesquisas recentes ou em andamento, no sentido de contribuir para um conhecimento empírico do campo.

### Tamanho e ocupações no universo das organizações sem fins lucrativos

Estudos começam a ser realizados no Brasil no sentido de medir variáveis como o tamanho, a composição, o pessoal ocupado, despesas e renda do vasto universo das organizações sem fins lucrativos.

Um dos esforços nesse sentido é o que se integra a uma pesquisa comparativa internacional, envolvendo no momento 24 países, coordenada pelo Institute for Policy Studies da The Johns Hopkins University, em Baltimore, U.S.A.. No Brasil, a pesquisa vem sendo realizada através do ISER - Instituto de Estudos da Religião.

O universo empírico medido, segundo o arbitrário usado nesse projeto, é o mais amplo possível: são as organizações que não integram o aparelho governamental; estruturadas formalmente; sem finalidade lucrativa, ou seja, que não distribuem lucros entre seus empreendedores e responsáveis; que envolvem algum nível de participação voluntária; e que se autogerenciam, gozando de alto grau de autonomia interna.

Vão-se incluir nesses critérios organizações as mais variadas. Segundo classificação adotada por essa pesquisa e adaptada para o Brasil, distribuem-se nas seguintes áreas: cultura e recreação; educação e pesquisa; saúde; assistência social; ambientalismo; desenvolvimento; defesa de direitos e *advocacy*; religiosas; e associações profissionais.

Como se viu, incluem-se aí organizações de tradições, histórias, ideários, papéis os mais diversos na sociedade brasileira. A única instância em que estão, de fato, delimitadas como um conjunto coerente é a jurídica: são as registradas em Cartório Civil como associações, ou socie-

dades, sem finalidade lucrativa, ou as constituídas como Fundações - e no caso, devem-se excluir do conjunto as constituídas por órgãos públicos. Os dados de que se fala a seguir referem-se a esse universo.<sup>10</sup>

### Fontes de dados estatísticos; tendências quanto a ocupações.

Qualquer análise, nesse terreno, vai esbarrar na escassez e na fragmentação de dados. Partindo-se do Sistema de Contas Nacionais, constata-se que as informações globais são escassas. O sistema de produção de informações estatísticas, com poucas exceções, não parece preparado para medir o "setor" - ou o conjunto de organizações sem fins lucrativos - ou mesmo para percebê-lo: a lógica que o orienta não o valoriza e nem reconhece. Acrescente-se a isso o elevado grau de informalidade de muitas delas, ou a trajetória efêmera de outras, ou talvez uma "opção preferencial pela sombra" de ainda outras (as que desfrutam de benefícios fiscais indevidamente), para se justificar que não possam ser facilmente apreendidas pela malha de coleta e divulgação de informações.

Se é verdade que essas entidades só são reconhecidas, como tais, dentro dos marcos legais e que informações sobre elas poderiam ser encontradas na Secretaria da Receita Federal (já que têm de apresentar anualmente uma declaração de isenção fiscal) tampouco a lógica do sistema de informações tributário se interessa em guardá-las ou medi-las. As "sem fins lucrativos" não passam por um controle fiscal sistemático - esse implicaria em despesa maior do que a arrecadação esperada, conforme alegações de técnicos daquela Secretaria feitas à pesquisa realizada em 1993. Além de tudo isso - e apesar da antigüidade, quantidade e presença na cena social e política - são também escassas a literatura sociológica ou as pesquisas empíricas sobre essas organizações civis, no Brasil, como já foi dito.

Quantas são? Segundo resultados construídos através de dados da Secretaria da Receita Federal e como se mencionou, em 1991 compu-

---

<sup>10</sup> Resultados mais completos e detalhados dessa pesquisa estão em fase de edição para publicação. Vem sendo realizada sob minha coordenação, com a consultoria de Neide Beres.

nham o vasto universo de 220.000 entidades, classificadas do seguinte modo, segundo aquela instituição: 29,1% eram *beneficentes, religiosas e assistenciais*; 23,3%, *esportivas e recreativas*; 18,6%, *culturais, científicas e educacionais*; 4,4%, *associações e sindicatos de empregados*; 2,9%, *associações e sindicatos de empregadores*; 1,8%, *associações de autônomos ou profissionais liberais*; e 19%, *outras* (e esse dado final nos leva à fragilidade do critério classificatório).

Percorrendo o sistema estatístico da FIBGE, responsável pela elaboração das Contas Nacionais, depara-se antes de mais nada com um obstáculo básico, revelador da sua indiferença com relação às organizações privadas sem fins lucrativos: o corte que - com raras exceções, como o da área de saúde - privilegia apenas a divisão entre setor público e setor privado. E se o Censo Econômico seria fonte de dados fundamental na estratégia de construir dados sobre aquelas organizações, o fato de o último realizado, no Brasil, ser de 1985, impede esse procedimento.

Estimativas quanto a pessoal ocupado no setor foram elaboradas no Projeto mencionado a partir do Censo Demográfico de 1991, permitindo uma atualização sistemática através da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Apenas para delinear a estratégia adotada: utilizando o questionário da amostra do Censo (CD-1.02), selecionaram-se as questões referidas a variáveis que retratam o volume e a distribuição de mão de obra segundo categorias que definimos como indicando atividades no setor sem fins lucrativos. Um controle dessa classificação foi feito através de outra fonte com códigos similares ao do Censo, o CEB - Cadastro de Estabelecimentos do Brasil, mantido pela FIBGE. Outras fontes utilizadas foram a AMS - Assistência Médico Sanitária, IBGE, 1992; e o Censo Escolar do MEC - Ministério da Educação e Cultura, 1997. Como arquivo de apoio, consultou-se o RAIS - Registro Administrativo de Informações Sociais, assim como dois cadastros construídos por instituições privadas de pesquisa: o elaborado pela Associação Brasileira de ONGs e ISER (Landim e Cotrim, 1995) e o de organizações ambientais (WWF - Mater Natura, 1996). Observe-se que os números aqui apresentados são resultado de estratégia de pesquisa que pretende ser exaustiva quanto à exploração do que pode ser construído, a partir das (relativamente precárias) fontes estatísticas oficiais hoje existentes. Um passo adiante no sentido de medir com maior precisão o setor dependerá de pesquisas adicionais.



Esses procedimentos permitiram – entre outras variáveis - uma avaliação do pessoal ocupado, no “setor”, aqui apresentada em termos gerais. Quanto a números absolutos, considerando as pessoas de 10 anos ou mais, em 1995, a pesquisa chegou, por esses procedimentos, a **1.119.533** pessoas. Para se ter uma medida de referência, é cerca de o dobro de servidores públicos federais na ativa (da administração direta, das autarquias e fundações do poder executivo), que em 97 contavam-se em 512 mil (MARE, 1998).

Pode-se afirmar também que esse universo de organizações vem apresentando particular vigor, no sentido de que vem criando proporcionalmente mais empregos do que o crescimento observado para o conjunto da economia brasileira - comparando-se os anos 1991 e 1995. Vejamos alguns números. Considerando-se o cálculo da pesquisa, para 1991, de **775.384** pessoas ocupadas nas organizações legalmente registradas como sem fins lucrativos, vemos que em números absolutos criaram-se cerca de **340.000** postos, entre 91 e 95, o que significa uma porcentagem de incremento de **44%** quanto ao pessoal ocupado no “setor”. Tomando-se os mesmos números para a população ocupada total (em 91, 55.293.316 e em 95, 66.277.014, cf. FIBGE), vemos um crescimento de **19,8%**, bem menor, proporcionalmente, portanto.

Considerando a participação percentual das sem fins lucrativos no total da população ocupada, segundo os resultados acima, chega-se a um crescimento de **1,4%** do pessoal ocupado, em 1991, para **1,7%** em 1995.

É importante observar aqui que esse vigor não deve dar margens a fortalecer argumentações correntes nos meios de debate sobre o terceiro setor, segundo as quais estaria aí a solução para o problema do emprego, em diferentes contextos nacionais. Nada leva a essa conclusão (quanto às argumentações mencionadas, uma forte referência é Rifkin, 1997).

Em termos de composição e levando-se em consideração a classificação por áreas de atividades adotada pela pesquisa ISER-Johns Hopkins mencionada acima, **81%** do pessoal ocupado, em 1995, estão em quatro áreas: educação, saúde, cultura/recreação e assistência social.

Educação vem em destaque, com **34%** dessas ocupações. Seguem-se saúde, com **16,4%**; cultura e recreação, com **15,6%**; e assistência social, com **15,1%**.

Isso era de se esperar, pelo peso social, antiguidade e consolidação dessas áreas. Quanto à educação, a composição interna da área revela um peso significativo para as escolas de primeiro e segundo grau, que contêm o dobro do pessoal ocupado no ensino de terceiro grau (apesar de que, como se sabe, os estabelecimentos de nível superior são todos, por lei, sem finalidades lucrativas). No caso da saúde, têm peso os hospitais. Certamente, essas são também áreas onde se instalaram tradicionalmente instituições ligadas ao campo das religiões, fundamentalmente a católica. É grande a presença de escolas religiosas entre as registradas como sem fins lucrativos, e na área da saúde a presença tradicional das Santas Casas de Misericórdia parece simbolizar a antiguidade de um padrão de atuação, onde Igreja, Estado e contribuições filantrópicas unem-se no atendimento à pobreza.

Nos dois casos, sabe-se da sua proximidade e de seus problemas de delimitação de fronteiras com o campo lucrativo: essas entidades, que mobilizam grandes recursos, comportam-se frequentemente de forma semelhante à empresa privada no sentido da cobrança de preços de mercado por seus serviços e da distribuição disfarçada de lucros a seus diretores – de fato, verdadeiros proprietários. Ou seja, esses dados ainda pouco analisados aqui são reveladores de questões importantes a serem consideradas na legislação sobre organizações sem fins de lucro, no Brasil. Para parte desse campo, adequa-se de modo particular a conhecida idéia de “pilantropia”.

Quanto às culturais/recreativas, tudo leva a crer que formam um campo vasto e antigo de associações - e o que predomina nessa área são as desportivas, contando menos as artístico-culturais. Por exemplo, pesquisas localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo apontam para o fato de que as desportivas vêm ocupando o primeiro lugar dos anos 20 aos 80, quanto a número de fundações, por ano (Santos, 1993). Esse certamente é um campo que merece ser melhor conhecido - e cujo estatuto vem sendo objeto de mudanças, a partir de nova legislação que transforma clubes de futebol em empresas lucrativas. A julgar pela

extensão desse campo institucional, pode-se pensar o quanto essas medidas afetariam ou não um universo significativo de pequenas iniciativas do tipo associativista, ligadas a esporte e lazer.

Já o tamanho do campo das organizações privadas de assistência social, sinalizado pela quantidade de pessoal ocupado, também não surpreende. Como vimos, também é área antiga e que cumpre certamente, através da história, papéis relevantes - mesmo que frequentemente pouco visíveis - em políticas sociais e nas estratégias de sobrevivência da pobreza. Estabelecem-se aí fronteiras difusas com o espaço das religiões, onde a função confessional aparece muitas vezes imbricada com a ação social secular e pública.

Observando-se, no entanto, não a composição segundo os números absolutos para 95, mas as tendências de crescimento do pessoal ocupado em diferentes áreas, entre 91 e 95, percebem-se modificações significativas nesse quadro. Deslocam-se de suas posições educação e saúde, já que, apesar de maiores, crescem bem menos do que as demais áreas (equiparando-se apenas à área das religiões): há um incremento de **29,3%** e **17,9%**, respectivamente. Já cultura/recreação e assistência social mantêm-se em boa posição não apenas em números absolutos, mas de crescimento: medindo-se o incremento de pessoal ocupado entre 91 e 95, temos as proporções de **92,9%** e **69,6%**, respectivamente.

Por outro lado, é interessante observar o comportamento, quanto a crescimento, daquelas áreas que têm peso menor, quanto à composição do setor por ocupação. A área de maior crescimento é a relativa às associações profissionais: sendo responsável por apenas **8,8%** das ocupações, em 1995, cresceu no entanto, entre 91 e 95, nada menos que **94,5%**. Também ressalta o crescimento da área que congrega organizações de desenvolvimento comunitário ou local e de defesa de direitos civis e difusos. Embora figurem na composição do setor por pessoal ocupado com apenas **1,23%**, em 1995, apresentaram um crescimento de **35,6%** no período mencionado. Com relação a essa última área, não se pode deixar de assinalar que, através da estratégia de pesquisa adotada, é a mais prejudicada. Ou seja, é difícil identificá-la através das classificações adotadas pelo IBGE, e ao que parece seu registro tende a escapar dos procedimentos utilizados pelos censos. Utilizamos alguns

cadastros realizados por centros de pesquisa para controle desses dados, e acreditamos a partir daí que o número de pessoal ocupado está subestimado. O mesmo problema de identificação nos registros se dá com as ambientalistas, para as quais não foi possível identificar uma sequência no tempo, e que estão medidas para 95 a partir do cadastro já mencionado.

Retomando a análise dos resultados apresentados acima, esses sugerem portanto que vem crescendo recentemente o campo de organizações referidas à defesa de grupos de interesses ou interesses difusos, à promoção de direitos, às iniciativas de tipo comunitário. Sobretudo, surpreende o crescimento do número de pessoas em trabalhos referidos ao associativismo de bases ocupacionais. Essa tendência parece continuar a que já havia sido mostrada para as décadas de 70 e 80 através de outras pesquisas, como a de Wanderley Guilherme dos Santos mencionada, que a partir de números de organizações criadas no Rio e em São Paulo apontava para um padrão mobilizacional onde cresciam sobretudo "novos" atores organizacionais, como "empresários, trabalhadores, profissionais liberais e burocracia" (Santos, 1993). Se essas organizações têm como finalidade básica atender aos interesses de seus próprios membros, pode-se pensar no entanto no sentido público que frequentemente assume também sua atuação, tanto no fato de poderem manter serviços para a população (do tipo assistencial, por exemplo), como de atuarem no espaço público em ações em prol do bem comum (exemplos clássicos têm sido através dos anos a atuação da OAB - Organização de Advogados do Brasil - ou da ABI - Associação Brasileira de Imprensa).

Portanto, apesar de não ser tão significativo em termos de seu peso econômico, esse campo de iniciativas que mais cresce no contexto brasileiro - comunitárias, associativas, de defesa de direitos (incluindo-se a multiplicação e diversificação de grupos de interesse) e promoção de cidadania - parece encarnar de modo especial a idéia de organizações da sociedade civil enquanto espaços de práticas e valores ligados a formas integradoras de sociabilidade, da autonomia, do ativismo político e da atuação na esfera pública.

Essas conclusões preliminares, enfim, apontam para questões a serem levadas em conta quando se analisa o "setor sem fins lucrativos" do ponto de vista de seu peso econômico. Essa abordagem - cujo desenvolvimento é sem dúvidas fundamental para o seu conhecimento - tem dificuldades, no entanto, em captar o peso social, político e mesmo simbólico envolvido nas iniciativas desse universo de organizações.

Finalmente, cabe assinalar um outro obstáculo envolvido no trabalho de mensurar o setor sem fins lucrativos, o qual se coloca particularmente num contexto como o brasileiro: a conhecida informalidade, ou o não registro legal, dessas organizações. Impressiona, por exemplo, o resultado de um censo e cadastramento, de janeiro de 1997, das instituições de ação social no município do Rio de Janeiro - compreendidas as assistenciais e as de defesa de direitos sociais (parceria entre o ISER e a SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social). Dentre as 1135 entidades que responderam ao questionário através de contato direto, nada menos que 18% responderam não possuir registro legal. Ou seja, existem formalmente, participam de redes de organizações atuantes no município - foram obtidas através de listagens diversas de instituições guarda-chuva, malas diretas, etc. - mas não são legalmente registradas. Esse tipo de exemplo aponta para a necessidade de se qualificarem as informações obtidas através de fontes estatísticas oficiais, quanto às organizações sem fins lucrativos.

### Fontes de recursos

As organizações sem fins lucrativos, só muito excepcionalmente sobrevivendo a partir de sua inserção no mercado, necessitam obviamente de recursos provenientes de outros campos institucionais, para seu funcionamento. São recursos de origem governamental ou privada, contando-se entre esses últimos os provenientes de doações de indivíduos, de empresas e suas fundações, de outras organizações do campo não lucrativo e de igrejas. As taxas de associados, bem como a venda de produtos e serviços, constituem-se também em fontes de financiamento comuns.

O peso relativo dessas diversas fontes de recursos para o “terceiro setor” varia de país para país, assim como é diferenciada a estrutura de financiamento para cada subconjunto de organizações que o compõem.<sup>12</sup>

Também aqui, alguns estudos localizados podem fornecer indicações sobre a complexidade dos processos envolvidos no financiamento dessas organizações - o que é também revelador de formas internas de estruturação e diferenciação do universo. De fato, as variadas estratégias de obtenção de recursos acionadas pelas organizações sem fins lucrativos não são neutras ou técnicas, mas sim pressupõem, para conjuntos distintos de entidades, relações diversificadas com setores sociais e campos institucionais variados. O único tipo de financiamento que todas recebem é o indireto do Estado, através de determinadas isenções fiscais. Ou seja, as interações, ou alianças, realizadas em função dos financiamentos, definem e partem de posições, histórias, práticas, ideários diferenciados. Dados sobre a estrutura de financiamento para alguns subconjuntos de organizações podem exemplificar essas características das organizações da sociedade civil, apontando para diferenciações e tendências.

Por exemplo, e como se sabe, uma das características constitutivas das chamadas ONGs é seu financiamento pela chamada Cooperação Internacional. Começando a se formar e multiplicar em pleno regime militar, essas organizações construíram-se a partir de dois feixes de relações: “para cima”, com agências financiadoras do “Norte” (na maioria, nos anos 70/80, organizações também não governamentais européias e canadenses); e “para baixo”, com grupos nas bases da sociedade ou movimentos sociais. Formadas por ativistas de classe média - leigos e religiosos saídos das alas da Igreja inspiradas pela Teologia da Libertação - por militantes vindos da esquerda marxista, por gente da Universidade, essas organizações iniciam nos anos 70 um movimento de “ida ao povo” com pouca visibilidade, inspirado em ideários de esquerda e

---

<sup>12</sup> Resultados quanto à estrutura de financiamento o universo de organizações sem fins lucrativos no Brasil, com a mesma metodologia aqui descrita e no quadro do projeto mencionado, estão em fase de edição para publicação.

antiditatoriais. Nesse contexto, as alianças com as agências financiadoras internacionais - na sua grande maioria, cristãs e inspiradas por idéias na mesma direção - foi condição de existência desse conjunto de organizações. Constrói-se um campo transnacionalizado de canais de comunicação por onde fluem moedas, mas também agentes, ideologias, modelos de atuação. As "ONGs", portanto, desenvolvem-se dentro de uma rede de relações e alianças em que se aproximam de movimentos organizados, das igrejas cristãs progressistas, das universidades, da Cooperação Internacional. Por sua história, apresentaram relações distanciadas com o Estado e com a ação filantrópica empresarial.

Como se mencionou em outra parte desse trabalho, esse quadro vem mudando depressa, realinhando-se parcerias e interações. No entanto, as marcas da história característica das ONGs parecem estar bem vivas, a julgar por dados de poucos anos atrás sobre as associadas à ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). Somados, 76% de seus recursos provêm de agências internacionais não-governamentais, sendo que mais 7% originam-se em agências internacionais bi ou multilaterais. Por outro lado, são escassos os recursos vindos do governo: compõem somente 3,2% do orçamento dessas organizações, considerados em termos de volume total. As empresas contribuem com nada mais que 1,8% dos financiamentos, menos que as doações individuais (2,4%) e muito menos que as vendas de produtos ou serviços (7%). Se as entidades filiadas à ABONG constituem parcela de universo bem maior são, no entanto, representativas do que se define aqui como ONG. Observe-se ainda que o volume de recursos mobilizado por essas instituições é relativamente modesto - diante, por exemplo, de interpelações feitas a elas no sentido de que substituem o Estado, ou mesmo no sentido de receberem quantias gigantescas de fundos de fora do país. A pesquisa revelou que 121 entidades somariam pouco mais de 31 milhões de dólares anuais, em 1993, sendo que quase a metade do universo (44,5%) tem orçamentos inferiores a 100 mil dólares (cf. Landim e Cotrim, op. cit.).

Já na constituição de outro campo de organizações, as chamadas filantrópicas ou assistenciais, observou-se acima a importância do papel da Igreja, aliada ao Estado. É uma longa história em que se cria, ainda

em tempos coloniais, um padrão de financiamento baseado na doação de indivíduos da classe senhorial, da Igreja e da Coroa (de onde vinham isenções fiscais, subvenções, doações de terra, etc.) - como é mostrado pelo exemplo típico das Santas Casas de Misericórdia.

É interessante observar como, até onde as informações permitem perceber, ao menos até uma década atrás o padrão de financiamento Igreja/Estado/indivíduos permaneceu formalmente análogo, quanto a organizações criadas no campo do catolicismo. Os últimos dados para o Brasil provêm de pesquisa feita por CERIS/CNBB ainda em 1982, a qual indicava a média de criação de 300 obras sociais católicas por ano, de prestação de serviços assistenciais, de saúde e de educação. Quanto às fontes de sustentação, predominavam dois perfis: Igreja e doações; e Igreja, governo e doações. O peso governamental nesse campo parece ser bem diferente do apresentado no caso das ONGs. Quanto à frequência, o governo figurava como fonte de sustentação (combinado a outras) em 73% das entidades de "serviços fixos para clientela permanente" (asilos, orfanatos, albergues) e em 48% dos casos de "prestação de serviços não fixos" (médicos e educacionais). Contrastando também com as ONGs, só 11% das obras sociais recebiam ajuda de agências internacionais.

Mesmo dentro do campo das religiões, os perfis dos financiamentos diferem. No caso da área de instituições de assistência social, educação e saúde espíritas, por exemplo - a julgar por pesquisa realizada no Rio de Janeiro (Giumbelli, 1995) - somente 38% das organizações recebem financiamentos governamentais, tendo peso as contribuições individuais de associados e as iniciativas de arrecadar fundos como bazares e quermesses.

Como se vê, é necessária a produção de pesquisas para que se cheguem a dados sobre volumes, fontes e estratégias de financiamento no universo sem fins lucrativos. A legitimidade e o reconhecimento social dessas organizações passam por informações e transparência, também nesse caso. Não se tem idéia, por exemplo, do volume de recursos públicos repassados a esse campo não governamental, tanto em termos de renúncia fiscal, quanto em termos de convênios, contratos ou subvenções - nesse último caso, transferências de recursos a entidades "sem



que lhes corresponda contraprestação direta em bens e serviços", o que vem sendo um dos objetos de críticas nas discussões sobre reordenamento jurídico por que vem passando recentemente esse universo (Oliveira, 1996).

Essa produção de informações se faz tão mais necessária, quanto se observam tendências recentes a transformações no campo de financiamentos dessas organizações. Há uma crise nos financiamentos internacionais, com a revisão de critérios e prioridades das agências de cooperação, as quais se voltam para países africanos e para as novas repúblicas da Europa do Leste. Por outro lado, há o aparecimento na cena nacional do chamado investimento social das empresas em ações comunitárias ou culturais. Embora pouco se saiba também nesse terreno, podem-se citar alguns dados: os projetos apresentados pelas 99 empresas concorrentes ao Prêmio ECO (Empresa na Comunidade) de Filantropia empresarial, em 1995, totalizavam doações no valor de U\$ 285.338.662,00. (Goes e Rohden, 1998, op. cit).

É de se esperar que mudanças no plano das fontes de financiamento para as organizações privadas voltadas para a ação social provoquem deslocamentos de parcerias, alianças e, a longo prazo, perfis organizacionais.

### Nota final

Como se indica no título, o texto aqui apresentado tem o sentido apenas de apontar para questões e fornecer alguns dados de pesquisa como contribuição para o debate que se vem desenvolvendo sobre o "terceiro setor", as "ONGs", as "organizações voluntárias", ou "da sociedade civil".

Não se pretendeu discutir modelos conceituais adequados à compreensão substantiva dos fenômenos apontados, mas sim percorrer rapidamente um debate contemporâneo nas formas em que se vem desenvolvendo globalmente, nas fronteiras entre a política, a ação social e a academia. Avançar nas discussões sobre significados, características, papéis, de possíveis "novas" movimentações, iniciativas, organizações, no âmbito da sociedade, passa em algum momento por conhecer os

termos e as condições sociais em que essas discussões vêm sendo construídas recentemente. Sobretudo, passa por um maior conhecimento empírico desse universo de fenômenos que parece crescer e sofrer transformações na cena contemporânea, objeto de escassa tradição de pesquisa e estudo no Brasil.

Como ponto de partida, pode-se sugerir que estamos diante de um conjunto descosturado de discussões atravessadas por agentes, atores, discursos, de estatuto diverso.

Por um lado existe, desde os anos 80, a retomada do debate teórico e acadêmico sobre o conceito de sociedade civil. Esse debate informa pesquisas e concepções sobre um "terceiro setor" e expressões descritivas similares, explícita ou implicitamente. Mas (como mostrou Sergio Costa) há que se distinguir o uso analítico-teórico do uso político-estratégico dessa expressão (sociedade civil), assim como de outros termos. Para além do campo acadêmico, existe também um interesse e um esforço de disseminação dessas temáticas por organismos internacionais de peso como os bancos multilaterais de desenvolvimento (BID e Banco Mundial), ou por parte de fundações norte-americanas financiadoras de iniciativas na área do desenvolvimento social, onde vêm recentemente ocupando lugar importante as linhas de apoio ao "fortalecimento das organizações da sociedade civil". Valeria uma análise desses discursos e projetos. Há igualmente uma apropriação dessa temática por parte de um conjunto de organizações e atores à esquerda do espectro político brasileiro, ou posicionadas no campo da oposição política, como as ONGs - mais delimitadamente, as ligadas à ABONG (Associação Brasileira de ONGs). E outras apropriações haverá.

Vale atentar, portanto, para os cruzamentos ou superposições entre caminhos diversos, nesses debates de que se trata aqui. Sem dúvidas, estamos diante de um objeto multifacetado, polissêmico, sujeito a variadas interpretações e apropriações ideológicas, que não se presta a análises lineares, sugerindo diálogos criativos com a empiria e a teoria.

## Bibliografia citada

- ANHEIER, Helmut e Priller, Echard. 1991 *The non-profit sector in East Germany: before and after unification* in VOLUNTAS, Volume 2, Number 1 Manchester University Press: Manchester
- CAILLÉ, Alain - 1998 - *Don et Association*, em Revue du MAUSS semestrielle - No. 11 - Premier Semestre 1998 - *Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associatif* - Paris: La Découverte
- CASTEL, Robert. 1995. *Les Métamorphoses de la Question Sociale - Une chronique du salariat* - France: Fayard
- CHANIAL, Philippe - 1998 - *La délicate essence de la démocratie: solidarité, don et association*. In: Revue du MAUSS semestrielle - No. 11 - Premier Semestre 1998 - *Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associatif* - Paris: La Découverte
- COSTA, Sergio. - 1994. *Esfera Pública, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil*. In: *Novos Estudos no.38* - São Paulo: CEBRAP
- \_\_\_\_\_ - 1997 - *Categoria Analítica ou Passe-Partout Politico-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil*. In: *BIB no. 43*, Rio de Janeiro: ANPOCS.
- CORAGGIO, Jose Luis - *Economia Urbana: la perspectiva popular* - Quito: Instituto Fronesis, 1994.
- DARCY de Oliveira, Miguel - 1997 - *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONGs* - Trabalho apresentado no Trigesimo Quarto Curso de Altos Estudos - Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores (mimeo).
- DIMAGGIO, Paul e Helmut Anheier. 1990. *The Sociology of Nonprofit Organizations and Sectors*. In: *Annual Review of Sociology*, 16:137-59.
- FERNANDES, Rubem Cesar. 1994 - *Privado, porém Público - o Terceiro Setor no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- GIDDENS, Anthony - 1999 - *A terceira via - reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia* - Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.

- GIDRON, Benjamin; Ralph Kramer and Lester M. Salamon. 1991. *Government and the Nonprofit Sector: Emerging Relationships in Welfare States* - San Francisco: Joey-Bass Publishers
- GIUMBELLI, Emerson. 1995 - *Em nome da caridade: Assistência Social e Religião nas Instituições Espíritas*, Textos de Pesquisa, Rio de Janeiro: ISER
- GOHN, Maria da Glória - 1998 - *O novo associativismo e o Terceiro Setor*. In: *Serviço Social e Sociedade* No. 58, ano XIX, novembro de 1998.
- GOES de Paula, Sergio e Fabíola Rohden - 1998 - *Filantropia Empresarial em Discussão: números e concepções a partir do Prêmio Eco*. In *Ações em Sociedade*, Leilah Landim (org.). Rio de Janeiro: ISER/Ed. Nau.
- GODBOUT, Jacques - *Liens primaires, association et tiers secteur*. In: *Revue du MAUSS semestrielle* - No. 11 - Premier Semestre 1998 - *Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associatif* - Paris: La Découverte
- IOSCHPE, Evelyn Berg (org) - 1977 - "*3º Setor - Desenvolvimento Social Sustentado*" - São Paulo: GIFE / Paz e Terra
- KOUCHNER, B. ed. 1990. *Les Nouvelles Solidarités* Paris: Presses Universitaires de France.
- LAVILLE, Jean Louis (org) 1994.- *L'économie solidaire – une perspective internationale*, Paris: Desclée de Brower.
- LANDIM, Leilah - 1998a - "*Experiência militante*": histórias das assim chamadas ONGs. In: *Ações em Sociedade – militância, caridade, assistência etc.* – Leilah Landim (org), Rio de Janeiro: ISER/Editora Nau, 1998.
- \_\_\_\_\_. 1998b - *Notas sobre a Campanha do Betinho: ação cidadã e diversidades brasileiras*. In: *Ações em Sociedade*, Leilah Landim (org.). Rio de Janeiro: ISER/Ed. Nau, 1998.
- \_\_\_\_\_. 1983. *Para além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio: ISER.

- LANDIM, Leilah e Cotrim, Letícia - 1995 - *ONGs, um perfil - as associadas à ABONG* - Rio de Janeiro/São Paulo: ISER - ABONG
- MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - 1998 - *Jornal do Servidor*, Ano 3, no. 23.
- MELLO, Maria de Fátima - 1977 - *As ONGs como novos atores internacionais* - Dissertação de Mestrado - IRI - Instituto de Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (mimeo).
- MONTANO, Carlos - 1999 - *Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil": Estado e "terceiro setor" em questão*. In: *Serviço Social e Sociedade* no. 59, ano XX, março de 1999.
- OFFE, Claus - 1998 - Entrevista à *Revista Veja*, edição 1541, ano 31, no. 14, 8 de abril de 1998. São Paulo: Ed. Abril.
- OLIVEIRA, Anna Cynthia. 1996 - *Terceiro Setor no Brasil: Uma agenda para o debate de formas legais que o fortaleçam* - Programa Comunidade Solidária - Casa Civil da Presidência da República, mimeo.
- PAUGAM, Serge - 1995 - *L'essor des associations humanitaires. Une nouvelle forme de lien social?*. In: *Commentaire* - Hiver 1994-1995, Vol 17 No.68, Paris.
- PUTNAM, Robert . 1993. *Making Democracy Work - Civic Traditions in Modern Italy* - Princeton: Princeton University Press
- REVUE du MAUSS semestrielle - No. 11 - Premier Semestre 1998 - *Une seule solution, l'association? Socio-économie du fait associatif* - Paris: La Découverte
- RICO, Elizabeth de Melo - *O empresariado, a filantropia e a questão social*. In: *Serviço Social e Sociedade* no. 58 Ano XIX, novembro. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- RIFKIN, Jeremy . 1994. *O Fim dos Empregos* - São Paulo: Makron Books do Brasil Ed.
- ROCKEFELLER, John D. Third - 1993 - *The Third Sector*. In: Brian O'Connell (org), *America's Voluntary Spirit*. New York: The Foundation Center.

SALAMON, Lester. 1997 - "Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor". In: Evelyn Berg loschpe (org), *3º Setor Desenvolvimento Social Sustentado*. São Paulo: GIFE/Paz e Terra.

SALAMON, Lester – *Partners in Public Service – Government-Nonprofit Relations in the Modern Welfare State* – Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos - 1993. *As fronteiras do Estado Mínimo*. In: *Razões da Desordem* - Rio:Rocco

SARACHU, Gerardo – 1999. *Ausencias y olvidos en el debate sobre el "tercer sector": algunas anotaciones para la reflexión del Servicio Social*. In: *Serviço Social e Sociedade* nº 59, ano XX, março. São Paulo: Ed. Cortez.

SOARES, Luis Eduardo - 1998 - *A Campanha contra a Fome como Experimento Radical*. In: Luis Eduardo et alii - *O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil* – ABONG: São Paulo: 1998

WOLFE, Alan. 1992. *Três Caminhos para o Desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil*, in *Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs* - Rio: IBASE-PNUD

WUNKER, Stephen. 1991. *The promise of non-profits in Poland and Hungary: an analysis of third sector renaissance*. In: VOLUNTAS, Volume 2, Number 2 Manchester:

Manchester University Press.

WUTHNOW, Robert .1991 - *The Voluntary Sector: Legacy of the Past, Hope for the Future?*. In: *Between States and Markets: The Voluntary Sector in Comparative Perspective*- Princeton: Princeton University Press.